

Educação e Território: Fragmentos do Alentejo

ORGANIZADORES
Lurdes Pratas Nico
Bravo Nico



ciep|ue

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA
DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Educação e Território: Fragmentos do Alentejo

Educação e Território: Fragmentos do Alentejo

FICHA TÉCNICA

Título:

Educação e Território: Fragmentos do Alentejo

Organizadores:

Lurdes Pratas Nico

Bravo Nico

Edição:

© Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora
(CIEP | UE), 1.ª Edição, Évora, 2024 www.ciep.uevora.pt

Morada:

Colégio Pedro da Fonseca

Rua da Barba Rala, n.º 1, Parque Industrial e Tecnológico de Évora, 7005-345 Évora

Produção e revisão:

Catarina Roque

Teresa Gonçalves

Design gráfico:

©mr-creative.net

Impressão e acabamento

VASP Digital Printing Services – www.vasp.pt

ISBN

978-972-778-419-6

Depósito Legal

539334/24

É expressamente proibido reproduzir, na totalidade ou em parte, sob qualquer forma ou meio, esta obra. Autorizações especiais podem ser requeridas para ciep@uevora.pt

«Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/04312/2020»

«Por opção dos respetivos autores, há textos escritos segundo o antigo Acordo Ortográfico.»

Índice

Prefácio	9
I – Contributos da Realidade	10
Agrupamento de Escolas José Régio – Portalegre: Um agrupamento num território de intervenção prioritária (TEIP)	11
Ana Rute Sanguinho	
Acerca das Consequências das Crises de Saúde Pública sobre a Educação – Que Devíamos Nós Já Saber?	25
António Bento Caleiro & Gertrudes Saúde Guerreiro	
Percursos dos Diplomados Pela Universidade de Évora	37
Conceição Rego, Daniela Olo & Leonida Correia	
Os Fatores Mais Geradores de Aprendizagem no Processo Pedagógico, São o Carácter Lúdico e Afetivo das Ações	55
Elisa Maria Batista Chinita de Mira	
A Pandemia e os Seus Atores. Os Monstros que Habitam em Nós. 65	
Elsa Martins & Guilherme Ceia	
Avaliar em Tempos de Pandemia – Que Aprendemos Nós?	71
Gertrudes Saúde Guerreiro & António Bento Caleiro	
Os Portugueses e as Redes Sociais	93
Joaquim Fialho, Elaine Dias & Valéria Macedo	
Escola, Professores e Sociedade: Que Modelos?	107
José Joaquim Letras Pinheiro	
A Rádio, A Prevenção e o Socorro	115
Luís Mota	
A Violência nos Contos Populares Alentejanos. Para uma Hermenêutica no Âmbito de Filosofia da Educação	127
Maria Jacinta Murta	
Dificuldades de Concretização da Diferenciação Curricular Pedagógica, O Que Nos Dizem Professores do Ensino Básico e Secundário De Escolas do Alentejo	145
Marília Favinha & Maria de Lurdes Moreira	

A Universidade Sénior Está Fechada: E Agora?	159
Patrícia Rosado & Luísa Carvalho	
O Exercício Ético é o Começo da Cidadania. A ‘Degustação’ Dos Valores com as Crianças	175
Maria Teresa Santos & Ana Sofia Matos	
Despertar a Matemática Pelas Pinturas Rupestres do Tchitundu-Hulu, Namibe-Angola. Visão Etnomatemática.	191
Alfredo Capitango de Lúcio	
O Papel do Diretor – A Imaginação como recriação do Espaço Pedagógico	207
Manuel Dinis Cabeça	
A Educação Popular no Polo de Redondo da Universidade Popular Túlio Espanca	217
Dora Jeremias	
Entre tempos: Envelhecer e Aprender no Alentejo	225
Alexandra Janeiro, Luísa Carvalho, Ana Fartouce, Abílio Amiguiño & Célia Tavares	
Fórum do Território – Uma Ferramenta de Educação para a Cidadania	243
Brenno Russo, Diogo Coutinho, Fernando Parreira, Gilda Farrell, Hélder Guerreiro, Isabel Raposo, Manuel Coelho, Maria do Rosário Oliveira, Rita Costa, Samuel Thirion, Sérgio Maraschin & Teresa Saraiva	
Recrear – Tempo para Aprender e Brincar: Projeto de intervenção socioeducativa em recreios escolares nas EB1 do concelho de Odemira	253
Isabel Raposo, Rita Costa & Tânia Santos	
Semear e Planear, Cuidar e Crescer. Um Exercício Prático Usando os Objetivos (Interiores) de Desenvolvimento Sustentável para Ensinar Metodologia de Pesquisa a Estudantes Finalistas do Curso de Sociologia.....	267
Rosalina Pisco Costa	
Cidadania e Desenvolvimento. Uma Experiência do AE José Régio, Portalegre	281
Ana Rute Sanguinho & Teresa Castro	

Educação e Território: Fragmentos do Alentejo

A Importância da Comunicação Parental como Fator de Sucesso no Desenvolvimento Educacional, Pessoal e Social dos Jovens 293

Zélia Belo Torres

A Relevância das Ordens Profissionais na Atualidade..... 307

António Guelha da Rosa

«Lar Doce Lar» e «Faça Favor de Entrar» - Projetos Educativos no Domicílio Promovidos pela Escola Comunitária de São Miguel de Machede..... 321

Patrícia Ramalho, Daniela Lopes, Maria Pencas, Bravo Nico & Lurdes Pratas Nico

Da Universidade Sénior de Vila Viçosa ao Polo da Universidade Popular Túlio Espanca da Universidade de Évora: Vários Trajetos, Um Mesmo Destino..... 327

Licínio Lampreia

II – Contributos dos Estudantes da Universidade de Évora 344

APPACDM, Uma Associação que se concentra na Integração Social..... 345

Alessandra Carvalho & Hariana Baldé

A Relevância que o Referencial de Competências assume no Processo Pedagógico de Ensino Aprendizagem 351

António Guelha da Rosa & Bravo Nico

Ética e Valores na Gestão Escolar: Um Estudo de Caso numa Escola de 2º Ciclo de Ensino Secundário em Moçâmedes, Angola 367

Basílio Domingos

Fatores Determinantes da Intenção Empreendedora na Faculdade de Economia e Gestão, Universidade Nacional Timor Lorosa'E 383

Bia Carvalho de Jesus

Chafariz D'EL Rei & Bairro Senhora da Saúde: Aprendizagens da comunidade..... 405

Catarina Casanova, Margarida Dias & Margarida Batista

Percursos de Qualificação e Emprego em Alandroal: O Período de 1983 a 2013 419

Elisabete Galhardas & Bravo Nico

Causas de Insucesso no 1º Ciclo do Ensino Básico – Perspetivas de Professores sobre as Taxas de Retenção no 4º Ano de Escolaridade 433

Hariana Baldé & Alessandra Carvalho

O Impacto do Aumento das Habilitações Escolares através do Processo RVCC numa Pequena Comunidade Rural do Alentejo: Um Estudo de Caso..... 437

Hugo Rico & Bravo Nico

Desenvolvimento de Processos Escolares e Trabalho em Equipa - Perspetivas de Professores de uma Escola do Alentejo 453

Rúben Soares & Margarida Figo

Perspetivas de Estudantes sobre Influências dos Exames de 9º Ano no Percurso Escolar – Porque São Obrigatórios e Para que nos servem? 465

Margarida Dias, Catarina Casanova & Teresa Gonçalves

A Dimensão Educativa nos Processos de Salvaguarda do Património Cultural Imaterial do Alentejo Classificado pela UNESCO (2008-2020) – O Início do Trilhar de um Caminho 477

Merciana Rita & Bravo Nico

Educação no Concelho de Portel: Muito Mais que Terra e Água..... 491

Rúben Soares & Catarina Henriques

Instituições de Ensino Formal, Não Formal e Informal da Cidade de Lagos 509

Shaina Nazareth

Território e Educação: A Dinâmica Educativa do Concelho de Montemor-o-Novo..... 535

Susana Pereira & Bravo Nico

Reguengos de Monsaraz, uma Cidade Capaz de Educar Adultos? As Filheiras das Indústrias Tradicionais da Olaria e da Cortiça..... 545

Teresa Gonçalves & Margarida Figo

O Potencial Educativo da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direção de Serviços da Região do Alentejo..... 557

Cláudia Santos, Daniela Martins, Mariana Costa & Sofia Rosa

Educação e Território: Fragmentos do Alentejo

Envelhecer com Qualidade de Vida e Bem-Estar em Estabelecimentos de Apoio Social para Idosos: Contributos das Atividades Educativa 565

Fernanda Narciso, Luísa Carvalho & Lurdes Pratas Nico

Cartografia da Educação Não Formal no Município de Redondo 579

João André & Lurdes Pratas Nico

Associação Aldeia das Ciências..... 591

Ana Marta Lança, Antoninho Soares, Beatriz Prata & Inês Ferreira

“A Fundação Educa” 601

Ana Rita Coelho, Beatriz Francisco, Íris Pato & Joana Campino

Aprendizagens em Contexto Não-Formal Promotoras de Desenvolvimento Local: COMOIPREL, Moura 615

Beatriz Meireles, Francisca Vigia, Margarida Catarino & Margarida Rico

Percursos Profissionais de Qualificação: Dois Casos no Alentejo 625

Inês Chaparro, Diana Pinto, Margarida Godinho & Carolina Barradas

Serviços Educativos em Instituições Não Escolares no Alentejo: Identificação e Breve Caracterização 633

Anita Tinoco & Bravo Nico

Criatividade e Dinâmicas Culturais no Espaço Público. Com o Foco em Évora 649

Maria Teresa Santos, Ângelo Milhano, Afonso Dias, Bruna Guedelha, Carolina Santos, Duarte Gafaniz, Gil Malta, Inês Alho, Inês Guerra & Maria Leonor Justo

O que Sabemos sobre a Dimensão Educativa nos Processos de Salvaguarda do Património Cultural Imaterial Alentejano Aprovados pela UNESCO? 665

Merciana Rita & Bravo Nico

Oportunidades INATEL..... 683

Ândria Botas, Beatriz Silva & Isabel Barros

Duas Vidas em Formação 695

Ana Rita Coelho, Beatriz Francisco, Íris Pato & Joana Campino

Educação vs. Saúde – Contextos de Formação ao Longo da Vida.... 711

Cláudia Santos, Daniela Martins, Mariana Costa & Sofia Rosa

Desafios da Educação em Tempos de Pandemia no Concelho de Montemor-o-Novo: O Papel dos Parceiros Educativos 719

Susana Pereira & Bravo Nico

ADLBC e “Contrato Local de Desenvolvimento Social 4G” – Projetos Promovidos pela Associação Monte 729

Alexandre Santos, Inês Rico, Rafael Rosa & Margarida Correia

Centro Qualifica do Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira de Évora 739

Beatriz Vilhena, Mariana Santos, Patrícia Rosa & Nur Cakirca

Território e Educação: A Dinâmica Educativa do Concelho de Montemor-o-Novo

Susana Pereira | Doutoranda do Programa de Doutoramento em Ciências da Educação da Universidade de Évora | spsusypereira@gmail.com

Bravo Nico | Universidade de Évora, Departamento de Pedagogia e Educação; CIEP-UÉ | jbn@uevora.pt

Resumo

A territorialização das políticas educativas favorece a abertura da escola à comunidade, permitindo a participação de elementos exteriores, através do estabelecimento de parcerias. No estudo desenvolvido, no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação, procurámos conhecer as dinâmicas educativas estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo e as respectivas entidades parceiras, com recurso à modalidade de estudo de caso. O esquema de trabalho traçado, baseado numa abordagem qualitativa, partiu da pesquisa bibliográfica e centrou-se na análise de documentos estruturantes do Agrupamento e do Município de Montemor-o-Novo em termos de política educativa, e na análise de conteúdo das entrevistas semiestruturadas realizadas a representantes do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo e às entidades parceiras. Concluímos que o Agrupamento de Escolas revela abertura para a articulação com diversas instituições, que incluem a autarquia, serviços públicos, pais, associações, cooperativas, empresas e fundações, o que contribui para uma dinâmica educativa muito rica. As parcerias visam a melhoria da qualidade de ensino, a promoção de igualdade de oportunidades e a inclusão social. Em consequência do cenário de pandemia por Covid-19, foi decretada a suspensão das atividades letivas e implementado um novo modelo educacional, sustentado nas tecnologias digitais. No âmbito do Programa de Doutoramento em Ciências da Educação, procuraremos compreender as principais transformações na educação, que decorreram da suspensão das atividades letivas presenciais. Para o presente estudo, traçou-se como objetivo principal

compreender como é que a comunidade educativa do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo e os parceiros do território se organizaram, em tempos de pandemia, para garantir uma resposta educativa.

Palavras-Chave: Território; Escola; Comunidade; Pandemia

Introdução

Desde o período do Estado Novo até à atualidade, as políticas educativas em Portugal têm sido marcadas por alterações no sentido da territorialização, o que tem conduzido a uma maior abertura da escola ao meio e à comunidade em que se insere. A publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo (1986) veio impulsionar a autonomia das escolas, conferindo maior protagonismo ao local e possibilitando a criação de parcerias entre a escola e a comunidade.

A escola, para prestar um serviço educativo de qualidade e dar resposta a várias exigências legais, deve envolver os atores locais. O estudo das relações estabelecidas entre a Escola e a comunidade local possibilita a compreensão dos reflexos que estas têm na qualidade do serviço prestado. Nesta linha, foi traçado como objetivo central para este estudo conhecer as dinâmicas educativas estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo e o território em que está inserido. A partir deste objetivo norteador da investigação, foram delineados os objetivos específicos: (1) caracterizar as parcerias existentes entre o agrupamento e as instituições localizadas no território em que se encontra inserido; (2) analisar a dinâmica educacional decorrente das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e o território da sua localização; (3) descrever projetos educativos resultantes das parcerias atrás referidas; (4) avaliar os impactos das parcerias anteriormente referidas na dinâmica educativa do agrupamento.

Neste artigo, apresentamos o enquadramento teórico do tema, a metodologia de investigação, algumas das principais conclusões do estudo e algumas orientações da investigação em curso.

Contextualização teórica

No período correspondente ao Estado Novo, fortemente marcado pela centralização e controlo social, a educação nacional e a organização pedagógica e administrativa estavam a cargo da administração central (Formosinho & Machado, 2013). Neste contexto, a Escola era uma comunidade restrita e fechada.

Os primeiros movimentos de autonomia da Escola surgem entre 1976 e 1986, com a regulamentação das intervenções das associações de pais e encarregados de educação nas escolas e com a transferência de algumas competências relativas a investimentos públicos na área da educação e ensino para as autarquias.

Entre 1986 e 1996, assiste-se a uma desconcentração de serviços e ao impulsionar da autonomia das escolas (Formosinho & Machado, 2013, p.31). A publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo – Lei nº46/86, de 14 de outubro – veio definir os princípios a administração e gestão do sistema educativo devia obedecer, entre os quais se destaca o de “Descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e ações educativas, de modo a proporcionar uma correta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes.”

A Escola foi adquirindo um maior grau de autonomia e uma maior capacidade de decisão e assistiu-se a um investimento na articulação da Escola com as instituições locais, com a consequente atribuição de responsabilidades coletivas aos diferentes atores educativos (Andrade, 2003; Correia, 2004, citado por Leite et al., 2015). A criação de parcerias entre a Escola e a comunidade local constituiu-se como uma prática corrente. O território passou a ser visto como o espaço para implementação de políticas educativas, com o envolvimento dos atores locais, no sentido de dar resposta às necessidades da instituição escolar e de melhorar a qualidade educativa do próprio território. A tendência para a desconcentração de descentralização educativa acentuou-se com a criação, e, 1996, do programa dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), em que o local

passou a ser tido em consideração na ponderação de soluções para os problemas educativos da comunidade.

Os encarregados de educação, as autarquias e outros atores locais passaram a ter maior contacto com as políticas da Escola através das Assembleias de Escola aquando da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio. Este diploma legal reforçou a autonomia das escolas, com a celebração de contratos de autonomia e implementou a criação do Agrupamento de Escolas. Segundo Costa (2004), neste Decreto são apresentados os princípios que colocam o Projeto Educativo de Escola - documento estruturador que traduz a autonomia das escolas - num lugar estratégico no contexto de uma organização escolar mais autónoma. O Projeto Educativo é apresentado como:

o documento que consagra a orientação educativa da escola, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa (Decreto-Lei n.º 115-A/98, artigo 3º).

A elaboração e implementação de um projeto deve resultar de uma participação e atuação conjunta, com uma discussão e negociação de propostas e o compromisso das partes envolvidas. Neste sentido, Costa (2003) considera que: “O projecto implica sempre a contratualização entre as pessoas nele envolvidas, requer uma gestão participada, não se limitando, por isso, a um simples processo formal de aprovação, ainda que com representação colectiva.” (p.1331).

O Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, impulsionou as políticas educativas territoriais, com a transferência de competências para as autarquias locais, regulamentou os Conselhos Municipais de Educação e aprovou o processo de elaboração da Carta Educativa.

Em 2008, o Decreto-Lei n.º 75/2008 vem reforçar a participação das famílias e comunidades na direção estratégica dos estabelecimentos de ensino, com a criação do Conselho Geral. Neste novo órgão colegial de direção encontram-se representados os vários elementos da

Comunidade Educativa: pessoal docente, pessoal não docente, pais e encarregados de educação, alunos, autarquia e comunidade local.

A Escola não vive isolada e a ação educativa acontece em diversos contextos: escolar, familiar, comunitário e territorial. A Escola estabelece relações com a comunidade e os seus diferentes elementos, de forma a conseguir dar resposta aos desafios que se lhe colocam. A Escola estabelece, assim, uma relação indissociável com a comunidade: famílias, autarquia, empresas, bem como instituições educativas, culturais e sociais de um território assumem-se como importantes agentes ao serviço da educação. Nesta linha, as parcerias permitem, segundo Leite et al. (2015), uma melhor comunicação entre a Escola e a comunidade, promovendo sinergias positivas. Martins (2009) defende que as “parcerias na educação implicam acordos com os diferentes atores sociais, enquanto processos de dinâmica social, dando resposta positiva às necessidades educativas e formativas dos educandos do sistema educativo, desde as famílias em particular até às empresas, autarquias e comunidade.” (p.66).

Metodologia

Para esta investigação, privilegiámos o estudo de caso, pois pretendemos estudar de forma mais aprofundada a dinâmica das parcerias num determinado território – o concelho de Montemor-o-Novo, e, posteriormente, perceber os seus efeitos. Através de uma abordagem qualitativa, o estudo incide sobre as parcerias estabelecidas pelo Agrupamento de Escolas com as instituições do território em que se insere.

Os principais documentos de gestão estratégica do Agrupamento de Escolas - Projeto Educativo, Regulamento Interno e Plano Anual de Atividades -, dos Relatórios de Avaliação Externa da Escola, da Carta Educativa e da Carta Estratégica do Concelho de Montemor-o-Novo foram objeto de análise documental, utilizada com o propósito de complementar e fundamentar a informação obtida a partir das entrevistas semiestruturadas.

Dado o elevado número de parcerias, foi necessário proceder à identificação dos principais parceiros e à seleção dos projetos e protocolos mais relevantes. Esta seleção teve por base o critério de relevância dos mesmos, de acordo com as informações recolhidas e dos documentos analisados. Foram realizadas 13 entrevistas semiestruturadas aos representantes do Agrupamento de Escolas, dos alunos e às entidades parceiras selecionadas.

No que concerne à construção dos guiões das entrevistas para o estudo, foram delineados objetivos e identificados os temas pertinentes a ser abordados. Definiram-se os tópicos de perguntas a efetuar, para cada objetivo. Daqui resultaram as matrizes de objetivos das entrevistas que estiveram na base da construção dos guiões das mesmas e que foram devidamente validados.

Optámos pela gravação das entrevistas de forma a evitar tomar notas durante a entrevista, uma vez que, segundo Gil (2008), “A gravação eletrónica é o melhor modo de preservar o conteúdo da entrevista.” (p.119).

De forma a respeitar os procedimentos éticos de uma investigação, os entrevistados foram contactados previamente, assegurando-se, assim, a sua disponibilidade para participar no estudo e dando a conhecer os objetivos gerais do estudo, assim como a importância da sua participação no mesmo, através do Consentimento Informado, Livre e Esclarecido. Foi ainda entregue a cada participante um documento a solicitar autorização para participar no estudo e para gravação da entrevista e uso da mesma para fins académicos, onde foi garantido o anonimato do entrevistado assim como uma declaração de autorização para identificar a instituição que o entrevistado representa, que os mesmos assinaram.

Procedemos à análise de conteúdo da informação resultante da transcrição das entrevistas e à elaboração de uma grelha constituída por categorias, subcategorias e unidades de análise/registo. O passo metodológico seguinte foi a descrição, interpretação e análise dos resultados obtidos.

Conclusões

No que concerne o primeiro objetivo específico deste estudo, em que se pretendia caracterizar as parcerias existentes entre o agrupamento e as instituições localizadas no território em que se encontra inserido, concluímos que as parcerias ocorrem com diferentes tipologias de instituições, como a autarquia, os serviços públicos, as associações de natureza diversa, as cooperativas, as empresas, organizações internacionais e fundações. A iniciativa no estabelecimento de parcerias surge tanto por parte da escola, como por parte dos parceiros. Contudo, é consensual que a escola é quem mais beneficia destas dinâmicas.

Quanto à dinâmica educacional decorrente das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e o território da sua localização, a partir da análise dos dados foi possível concluir que existe um grande número de parcerias e protocolos com instituições locais e estas são reconhecidas por promoverem dinâmicas enriquecedoras e motivadoras das aprendizagens e da formação integral dos alunos.

A descrição de projetos educativos resultantes das parcerias estabelecidas corresponde ao terceiro objetivo específico do nosso estudo. Os projetos inserem-se em áreas e temáticas diversificadas. Destacamos o projeto “Comunidade Empenhada na Promoção do Sucesso Educativo”, que envolve a autarquia, o Agrupamento de Escolas e os restantes elementos da comunidade educativa. Os principais objetivos deste projeto são promover o sucesso escolar de todos os alunos envolvidos, modificar a forma como os cidadãos constroem a sua identidade de lugar e sentimento de pertença, melhorar o nível de participação com que os cidadãos se envolvem na construção de soluções para a comunidade e criar uma dinâmica sociocultural mais consciente e mais construtiva, que leve a uma maior permanência de jovens na região. Na área das artes, os projetos desenvolvidos pela Associação Cultural Espaço do Tempo com os alunos e professores do Agrupamento de Escolas – “Os Artistas Vão Ler à Escola” e “A Escola é no Convento” – visam a promoção do

conhecimento científico e tecnológico, bem como o desenvolvimento do pensamento crítico e da criatividade.

No presente estudo, de acordo com a percepção dos inquiridos relativamente ao impacto das parcerias educativas, estas são consideradas mais-valias para todos os envolvidos, fortalecendo igualmente as relações com a comunidade. Constatámos que o estabelecimento de parcerias visa contribuir para a melhoria da qualidade das aprendizagens, com uma maior aquisição de conhecimento e o desenvolvimento de competências. A dinâmica de parcerias constitui-se como um fator motivacional para a aprendizagem, conduzindo à melhoria dos resultados escolares e, conseqüentemente, à redução do absentismo e do abandono escolar. Concluimos que as parcerias contribuem também para uma melhoria do comportamento social dos alunos.

O estabelecimento de parcerias no âmbito da educação visa fixar os jovens no concelho de Montemor-o-Novo, procurando inverter as tendências atuais de desertificação e envelhecimento da população residente na região Alentejo, contribuindo de igual forma para o desenvolvimento local.

Pretendemos que este estudo, através de partilha de boas práticas, seja um contributo para a construção do conhecimento nesta área e também um ponto de partida para que determinadas estratégias possam estender-se a outros territórios com vista à melhoria da qualidade do ensino

Investigação em curso

No âmbito do Programa de Doutoramento em Ciências da Educação, procuraremos compreender as principais transformações na educação, causadas pela suspensão das atividades letivas presenciais, no seguimento da situação epidemiológica mundial que vivemos atualmente. As medidas implementadas pelo governo português, no contexto de pandemia, criaram novos desafios, oportunidades e dificuldades para as escolas, docentes, alunos e restantes elementos da comunidade educativa. Procuraremos, através de um estudo de

caso, assente numa metodologia mista, compreender a forma como um agrupamento de escolas e os parceiros de um território do Alentejo Central, se organizaram para continuar a assegurar uma resposta educativa aos alunos, no período de transição para o ensino a distância. Iniciaremos a investigação com um estudo exploratório, para a obtenção de mais informação, para, posteriormente, investigarmos, de forma aprofundada, a perceção dos diferentes atores educativos sobre as implicações das medidas implementadas e o apoio e envolvimento dos parceiros. Como contributo desta investigação, propomo-nos apresentar adequações no âmbito das práticas pedagógicas para o futuro, de forma a aproveitar as oportunidades criadas pelas mudanças que surgiram com o ensino não presencial.

Referências bibliográficas

- Costa, J. A. (2003). Projectos educativos das escolas: um contributo para a sua (des)construção. *Educação e Sociedade*, 24 (85), 1319-1340.
- Costa, J. A. (2004). Construção de projectos educativos nas escolas: traços de um percurso debilmente. *Revista Portuguesa de Educação*, 17 (2), 85–114.
- Formosinho, J., & Machado, J. (2013). A regulação da educação em Portugal: do Estado Novo à democracia. In J. Verdasca, *Educação. Temas e Problemas*, 12 e 13, 27–40. Centro de Investigação em Educação e Psicologia – Universidade de Évora.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6.a). Editora Atlas.
- Leite, C., Fernandes, P., Mouraz, A., & Sampaio, M. (2015). Parcerias entre a Escola e a Comunidade em Portugal: Uma Análise a partir da Avaliação Externa das Escolas (Vol. 58). <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201560>.

Martins, E. (2009). Rompendo fronteiras: a escola aberta às parcerias e à territorialização educativa. Educação Unisinos, 66. <https://doi.org/10.4013/edu.2009.131.06>

Legislação

Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de maio. (1998). Diário da República n.º 102 - I Série A. Ministério da Educação.

Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril. (2008). Diário da República n.º 79 - I Série. Ministério da Educação.

Lei nº 46/86, de 14 de outubro. (1986). (Lei de Bases do Sistema Educativo). Diário da República n.º 237/1986, I Série. Assembleia da República.

Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro. (2003). Diário da República n.º 12 - I Série A. Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.